



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,  
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e cinco membros, verificando-se a ausência do Deputado **Artur Pina Martins**, da Deputada **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**, e da Deputada **Berta Ferreira Moutinho Amaral**, que justificou a respetiva falta por motivos pessoais. -----

O Presidente da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira, fez-se representar por **Fernando Veiga** (Tesoureiro). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário de alguns pedidos de substituição ao abrigo do disposto nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pelo Deputado e Primeiro Secretário **Álvaro Correia Soares Martinho**, tendo sido convocado a cidadã subsequente na lista, **Sónia Cristina Rodrigues Resende**, e ainda do pedido de substituição da Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa**, que seria substituída nos termos legais e regimentais pelo Deputado **Micael Lamego dos Santos**. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta e cinco minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Gisela Catarina Pereira dos Santos**, Primeira Secretária que substituiu **Álvaro Correia Soares Martinho** e por **Sónia Cristina Rodrigues Resende**, que substituiu a Segunda Secretária. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, **Manuel dos Santos Costa** e **Maria de Lurdes Ferraz Figueira**. -----

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 348



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes bem como todos os que acompanhavam os trabalhos através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço. Apresentou ainda, um cumprimento especial ao senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo seu recente regresso e à assunção das suas funções, dando-lhe uma palavra de coragem e de ânimo para o resto do seu mandato. Por fim, deu uma palavra de apreço ao restante executivo por, neste período, ter assegurado com todo o empenho os destinos do município, referindo que a equipa escolhida, mostrou-se à altura do processo. -----

Seguidamente, a Primeira Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava o seguinte: -----

### ===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

**PONTO UM:** Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO DOIS:** Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município no biénio 2024 / 2025 [cfr. n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e subsequentes alterações]; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação, discussão e votação da proposta de designação do júri do procedimento de recrutamento para o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Gestão e Administração do Território [cfr. n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual]; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação, discussão e votação da proposta do Auto de Transferência de Competências n.º ARSN\_043/2023 no domínio da saúde entre o Ministério da Saúde, a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., e o Município** [cfr. alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO CINCO:** Apreciação, discussão e votação da **proposta inerente aos caminhos florestais (arruamentos públicos) a manter, a alterar e a suprimir, em função da construção de uma central fotovoltaica - projeto híbrido do parque eólico do Alto Douro** [cfr. alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro];

**PONTO SEIS:** Apreciação, discussão e votação da **proposta de Orçamento das Receitas e das Despesas para o ano financeiro de 2024** [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO SETE:** Apreciação, discussão e votação da **proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2024** [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; ---

**PONTO OITO:** Apreciação, discussão e votação da **proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2024** [cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO NOVE:** **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e oito de setembro do ano de dois mil e vinte e três, tendo o Presidente da Assembleia Municipal informado, que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido, não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado de que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com dezanove votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o **Presidente das Junta de Freguesia da Granja do Tedo** não se encontrava presente. De referir ainda que os Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira, Eduardo Rodrigues Mendes, Micael dos Santos Lamego, Presidente da Junta de**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Freguesia de Tabuaço e o Tesoureiro da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira,** se abstiveram de votar pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. -----

Posteriormente, deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, onde concedeu a palavra ao munícipe José Luís Pinto Barradas, que começou por cumprimentar todos os presentes, referindo que só tinha vindo à reunião para esclarecer dúvidas que pudessem surgir relativamente à sua proposta feita na reunião passada. -----

Seguidamente, e não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado nota numa primeira fase da correspondência chegada, e enviada pelos serviços de apoio à Assembleia, frisando que como se estava aproximar a quadra natalícia, a maior parte das missivas recebidas, por várias assembleias municipais, vários executivos municipais pelo país fora, eram os desejos de boas festas aos senhores deputados, as quais foram retribuídas. -----

Continuou dando nota, de duas missivas do mesmo género, sendo uma das missivas enviada pelo senhor deputado João Nápoles de Carvalho em relação ao pedido de esclarecimento sobre o protocolo que existe entre a Câmara Municipal de Tabuaço e a Cooperativa Agrícola Tabuaço, o mesmo foi esclarecido pelo executivo ao senhor deputado. -----

Seguiu, dando nota do segundo pedido de esclarecimento, este por parte do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sendim acerca do regulamento que estava em discussão pública sobre a regulamentação da atribuição dos subsídios e apoios às associações e entidades do Concelho de Tabuaço, que foi encaminhado para o executivo para poder responder ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sendim. -----

Por último, informou que o executivo deu conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal no período que intermediou a última reunião ordinária de setembro e esta, e que se encontravam disponíveis na página eletrónica do Município de Tabuaço. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-o feito, em primeiro lugar, a senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Adorigo** que após



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprimentar os presentes na sessão, propôs um voto de pesar pelo falecimento do senhor César Soares, cujo teor se transcreve: -----

*“César Soares, nasceu a 02 de fevereiro de 1944 e faleceu na terça-feira, dia 19 de dezembro de 2023, aos 79 anos. Era natural da freguesia de Adorigo, concelho de Tabuaço. -----*

*Dedicou vários anos da sua vida à causa pública, assumindo mandatos como: Presidente, Secretário e Tesoureiro da junta de Freguesia de Adorigo, pelo que merece profundo respeito, admiração e valorização da sua freguesia, mas também de todos os que tiveram o privilégio de consigo conviver.*

*Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----*

- *Aprovar o presente voto de pesar; -----*
- *Dar conhecimento e manifestar as mais sentidas condolências à família enlutada.” -----*

Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, informou a **Presidente da Junta de Freguesia de Adorigo** que registou a proposta do voto de pesar sobre a qual o Plenário se pronunciará no final do Período de Antes da Ordem do Dia. -----

No seguimento das intervenções, foi dada a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, desejando boas festas dentro das contingências que o país estava a atravessar, dando nota que a sua intervenção é coincidente com a realidade do que se andava a passar no país, sendo um papel que a Assembleia Municipal também tinha que ter, ou seja, o de acicatar as mentes dos munícipes para as realidades que muitas vezes lhes passam ao lado, ou que lhes são mal transmitidas, inclusive pelos meios de comunicação social, onde cada vez mais se nota que a liberdade jornalística não é a mesma. Reforçou dizendo, que era necessário fazer uma resenha um pouco rápida de tudo aquilo que aconteceu e que culminou na demissão do Primeiro-Ministro. Mais uma vez, ressalva que o que está em causa, não é o partido que ele liderava, porque já devia ser sobejamente conhecido da parte de todos que os partidos políticos em Portugal eram entidades completamente vazias, que não traziam substância, pois ainda não tinham percebido que os próprios cidadãos os têm completamente desacreditados, e com este desenrolar das situações que têm acontecido, tanto a nível camarário, como a nível do poder central, com esta quantidade de artimanhas, processos-crime entre outros, como é que a população poderá acreditar cada vez mais no trabalho e naquilo que fazem. Salientando que, como era óbvio, paga o justo pelo pecador. Questionou a

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 352



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possibilidade da queda de um governo com maioria absoluta, tendo todas as condições para fazer grandes reformas estruturais que o país tanto precisa, sendo cada vez mais tarde para as executar, dando como exemplo o estado em que se encontra a saúde, a educação, sendo um buraco num futuro próximo, do qual não vão conseguir sair. Situações que seriam bem fáceis de resolver se realmente assim o entendessem. Continuou referindo que se criou um hábito no país em que o governo nos últimos anos foi bem significativo e um bom exemplo de imensas peripécias, brincando com a função pública, e com o cargo que cada um ocupa, não sendo o seu caso, mas sim dos representantes que o elegeram, não sendo ninguém insubstituível, causando transtorno as sucessivas situações que aconteceram na política nacional, tendo um Primeiro-Ministro que continuamente e contra o próprio Presidente da República, mantinha ministros em cargos com dúvida das suas competências, pessoas com processos-crime, pessoas em situações de nepotismo e de beneficiação, não tendo o Primeiro-Ministro outra hipótese, senão demitir-se. Mais disse, que este era o país em que viviam, um país que depende de uma indústria volátil que é o turismo, e que anda há mais de quarenta anos para fazer um aeroporto, desperdiçando um milhão e quatrocentos mil turistas por ano, e conseqüentemente vários milhares de milhões de euros. Tinham um líder do Partido Social Democrata (PSD) que, na primeira intervenção após o resultado da comissão independente, indicou que vão criar um grupo de trabalho para fazer um estudo, ou seja, mais do mesmo, continuando os portugueses a não ter aeroporto. Salientou, que se criou o hábito de brincar com os cargos que se exerce. Afirmou ainda, que diferenciadamente era um deputado municipal, não estando para brincadeiras, que não fala por falar, tendo pena que se crie este tipo de hábitos no país, e que os governantes não observavam nem viam ambição, e que realmente aquilo que estavam a fazer em nada contribuía para que a imagem da política em Portugal saísse beneficiada, a causa pública e os titulares dos cargos públicos, independentemente dos erros ou defeitos que possam ter, não havendo representação daqueles que os elegem, e sendo esses a quem se deve respeito. -----

Finalizou referindo duas questões fundamentais, a responsabilidade política perante os cidadãos de todos aqueles que não se sentiam em condições e que estavam em circunstâncias que permitam pôr em causa essa ética social e política que devia vestir todo aquele que é titular de um cargo político, em que não se pode criar o hábito de fazer asneiras, porque bastava que o cidadão pense para que o cargo político fique fragilizado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Espera que o próximo ano traga algo de melhor a partir das eleições de março, e que os políticos em Portugal se mentalizem, que exercer um cargo político, requer confiança não só ética política, mas social. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Cristofe Pedrinho** que, após cumprimentar os presentes na sessão, e em especial dar as boas-vindas ao senhor Presidente da Câmara, desejou-lhe a continuação de um bom mandato e de um bom trabalho, e agradeceu também à senhora Vice-Presidente pelo trabalho que fez até à data para levar os destinos a bom porto, para que estes não ficassem em mãos alheias. -----

Continuou referindo que iria dividir a sua intervenção em duas ou três partes, sendo que a primeira estaria relacionada com o regresso ao serviço ou à parte executiva do senhor Presidente da Câmara, lamentando que todo este processo não tivesse sido comunicado à Assembleia Municipal em tempo útil, bem como as condições em que regressou, pois eram o órgão mais importante do concelho, que reunia de três em três meses, sendo apenas transmitida em reunião ao senhor vereador, mas tendo a certeza que o senhor Presidente iria dar as necessárias explicações. -----

Prosseguiu a sua intervenção, referindo que continuam sem ter acesso ao documento sobre o Estatuto do Direito de Oposição, que ainda não se encontra disponível na nova página do município, e, portanto, não estariam a cumprir com a lei em vigor. Reforçou ainda, que tinha sido eleito em dois mil e vinte e um, e em dois mil e vinte e três, a meio do mandato, ainda não tinha qualquer acesso a esse documento, realçando que o relatório não deve ser votado na Assembleia Municipal, mas deve ser apresentado conforme a Lei n.º 65/2013. -----

Deu nota que, relativamente ao novo *site*, ficava bem ao município, uma vez que identificou os membros da Assembleia Municipal do Partido Social Democrata (PSD) com fotografias, tivesse feito o mesmo aos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista (PS), dando como exemplo, que bastava um contato, via telefone, a solicitar as mesmas. -----

Continuou questionando, qual era o ponto de situação da auditoria da Inspeção Geral de Finanças, ainda a decorrer ou finalizada no município. Solicitando ainda no decorrer da sessão ao senhor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia, o envio do relatório da auditora do Tribunal de Contas referido há mais de seis meses, e que ainda não tinha sido remetido. -----

Finalizou, dirigindo-se ao deputado Nuno Manuel Paiva de Oliveira, que já não era a primeira vez que ouvia a conversa dos independentes na Assembleia Municipal, questionando-o ainda, se o mesmo não tinha sido eleito por um partido político, e que sendo tão crítico dos partidos políticos, tinha uma solução simples, bastava criar um movimento independente, dando como exemplo o concelho São João da Pesqueira, e aí já podia criticar os partidos políticos. -----

Foi dada novamente a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que pediu esclarecimentos ao deputado Cristofe Pedrinho, referindo que mesmo sendo eleito por um partido político não tinha de concordar com todas as suas posições. Prosseguiu, indicando se o deputado Cristofe Pedrinho fazia exatamente tudo aquilo que o partido lhe dizia, referindo que ele próprio já tinha concordado com algumas das suas ideias, e assim não poderia pôr em causa a sua capacidade intelectual. Solicitou que o deputado Cristofe Pedrinho concluísse o seu raciocínio anterior, dizendo que aquando da sua eleição informou o partido para que não contassem com ele para concordar com tudo o que diziam. Continuou referindo, para que o deputado Cristofe Pedrinho tivesse cuidado, pois se algum ministro apoiado por si pudesse ser condenado numa ação criminal, se ele manteria a sua posição. Terminou referindo que não era perfeito nem nunca o quis ser, mas que não contassem com ele para concordar com todas as ideias do partido que o elegeu. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. -----

O **Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes, referindo que relativamente às intervenções feitas anteriormente, e a título pessoal, exaltar e enaltecer, o trabalho da Presidente à época, dos senhores vereadores e também por parte da Assembleia Municipal, que num período atípico e difícil colaboraram para que as coisas dentro de uma situação menos normal tivessem corrido com a maior normalidade possível. No que diz respeito à intervenção do deputado Cristofe Pedrinho, o seu regresso incidiu na decisão do Tribunal da Relação, que deu a medida preventiva como inconstitucional, declarando o seu regresso imediato às funções, e respetivo





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

levantamento da proibição de contacto com os funcionários, isto resultante do recurso por si interposto, tendo em conta que inicialmente suspendeu o cargo, pois o Vice-Presidente também estava impossibilitado de assumir as suas funções, e só assim a senhora vereadora poderia assumir as competências que são inerentes à presidência. O seu regresso não foi imediato tendo em conta os prazos legais, bem como a decisão de revogação das medidas incidirem no período de suspensão do cargo, não fazendo sentido suspender o que tinha solicitado antes. Nesse sentido, o seu regresso deu-se logo na primeira reunião de câmara, com a constituição de um novo executivo, desconhecendo o que poderia ter acontecido, pois foi dada a indicação para ser comunicado à Assembleia Municipal, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, não só a constituição de um novo executivo, mas também a delegação de competências, a nomeação de um vereador a meio tempo, bem como outras decisões que foram sendo tomadas, nomeadamente as nomeações do gabinete, assumindo assim que poderia ter havido uma falha nos serviços na falta de comunicação para com a Assembleia Municipal, ressalvando que as pessoas teriam o direito a uma explicação sobre os acontecimentos, para que os entender. Referiu ainda, que se o senhor Presidente da Assembleia Municipal a tivesse recebido, a teria reencaminhado para todos os elementos da Assembleia Municipal, se eventualmente assim fosse pediu desculpa por essa situação. -----

No que concerne à questão das fotografias no *site*, a indicação que foi transmitida, era para que fosse solicitado a todos os elementos, não conseguindo confirmar se assim foi feito, mais uma vez apresentou desculpas em nome do executivo, afirmando que iria tentar resolver essa situação o mais rápido possível. -----

Relativamente à questão do Direito de Oposição, na altura surgiram dúvidas naquilo que seria o moralmente correto ou legalmente obrigatório, em que se veio a verificar que realmente a obrigatoriedade legal existe, sendo que no decorrer do próximo ano essa situação seria resolvida, não só no cumprimento da legislação, mas em todos os documentos importantes que sejam estratégicos mesmo que não sejam obrigatórios, tentando desta forma criar uma lógica de maior participação, sendo em última instância ou análise, a decisão do executivo. -----

Continuou referindo, que relativamente à questão da Auditoria do Tribunal de Contas, o senhor Presidente da Assembleia já tinha efetuado menção à auditoria do IGF, e que ainda está a decorrer,

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 356



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pois a Câmara Municipal já tinha respondido, e ele próprio ainda tinha de responder a algumas questões, estando finalizado no final do ano. Aquando da recessão do projeto de relatório definitivo, o mesmo seria apresentado à Assembleia Municipal. -----

Acrescentou que no que diz respeito ao voto de pesar apresentado pela Presidente da Junta de Freguesia de Adorigo, a Câmara também o iria efetuar, mas que se deveria antecipar e homenagear as pessoas em vida e não após a sua morte, pois dão tudo de si em prol do município, assim como outras situações de votos de louvor que foram propostos na última Assembleia Municipal, pois acabavam por homenagear a família, havendo uma validação do que fizeram ao longo da vida, mas infelizmente, para as pessoas que já tinham partido, acabavam por não ter esse reconhecimento. Independentemente de todos efetuarem o seu serviço não por gratificação, era sempre bom sentir algum reconhecimento por aquilo que tentam fazer. -----

Continuou indicando que para além da designação da senhora Vice-Presidente, houve também a nomeação de um vereador a meio tempo, nomeadamente o senhor Manuel Costa, com os mesmos pelouros, e em que no seu caso e no caso da senhora Vice-Presidente, não tendo memória de todas as competências, as mesmas já tinham sido atribuídas, e se ainda não tinham sido disponibilizadas pelos serviços, as fariam chegar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, provavelmente ainda no decorrer da sessão para serem reencaminhadas para todos os elementos. -----

Finalizou afirmando que no que diz respeito à intervenção do deputado Cristofe Pedrinho relativamente as fotografias do *síte*, o senhor Presidente da Câmara, informou que durante o intervalo, iria chamar os serviços para esclarecer o assunto. -----

Terminadas as explanações, o Presidente da Assembleia Municipal deu nota conforme indicado pelo senhor Presidente da Câmara, o envio da documentação referente à designação da senhora Vice-Presidente e a distribuição dos pelouros que foram distribuídos com o regresso do senhor Presidente da Câmara, durante a sessão ou no próximo dia útil. -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, foi o voto de pesar apresentado pela Presidente da Junta de Adorigo sujeito a votação, apurando-se o seguinte resultado: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O voto de pesar pelo falecimento do senhor César Soares foi aprovado por unanimidade, ao qual o Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos serviços o envio à família da interposição e da aprovação deste voto de pesar. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no **ponto um** da ordem do dia, dando nota que, o documento da informação financeira não tinha sido enviado via e-mail, mas que tinha sido distribuído no momento. -----

Interrompeu o deputado **Nuno Manuel Paiva e Oliveira**, pedindo que o enviassem atempadamente para conseguir ter acesso, o qual mereceu atenção do Presidente da Assembleia Municipal, afirmando que iria ter em conta. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que começou por transmitir que iriam insistir com os serviços para que a informação financeira fosse enviada por via digital, presumindo que a lógica da divisão financeira era a disponibilização da informação o mais atualizada possível, pois tratando-se de uma informação relativamente curta, entendia-se que era preferível enviar essa informação com uma semana de desfasamento do que a receberem no dia, solicitando ao senhor Presidente da Assembleia fazer chegar a um membro do executivo essa recomendação, por forma a efetivar-se. -----

No que diz respeito à Conservatória de Tabuaço, referiu que teve conhecimento de munícipes que se tinham deslocaram para tratarem de certos assuntos e a mesma estava encerrada, com indicação de falta de recursos humanos, entendendo que deveria de imediato tomar uma posição, mas nunca sem antes esgotar todas as opções, contactando primeiramente o funcionário, Miguel Ângelo, onde lhe indicou que iria interpelar o Instituto de Registos e Notariado, e em que as reivindicações não se prendiam com a qualidade e competência dos funcionários, mas sim com a falta de meios a que cada vez mais estavam sujeitos. Após a tentativa de contacto com a senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Registos e Notariado sem resultado pois estaria em representação externa, conseguiu estabelecer contacto com alguém do gabinete, e de imediato transmitiram a sua opinião,

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 358



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tentando descortinar se o que estava a acontecer seria temporário, provisório ou definitivo, quer a nível dos funcionários saírem reformados ou para outro lado e cada vez ficassem menos funcionários, bem como o porquê de não existir um conservador ou conservadora no concelho. Indicou ainda, que solicitou com a máxima urgência uma reunião, reunião essa marcada para a terceira semana de janeiro, na qual iriam ser discutidas estas informações. Manifestou total e inteira disponibilidade à semelhança daquilo que já tinha acontecido com os serviços de Segurança Social, ou seja, a possibilidade de realização da mobilidade de um funcionário, o que já se tinha concretizado com a mobilidade de um funcionário para a Repartição de Finanças de Tabuaço a iniciar em janeiro após formação, ou seja, o município estaria sempre disponível para protocolar, para entrar em parceria, para de alguma forma ajudar, pois parecia falta de capacidade do Ministério da Justiça ou do Instituto de Gestão Financeira da Justiça ou do próprio Instituto de Registo e Notariado, conseguir captar ou colocar funcionários nestes serviços. Os serviços transmitiram que, tinham tentado nos últimos dias, contactar funcionários de outras conservatórias, mas dada a época natalícia muitos deles estariam de férias, ou não teriam possibilidades face ao elevado fluxo de trabalho. Manifestou também, que à semelhança do que tinha acontecido com os juizes e com os procuradores, estavam na disponibilidade de ter um conservador em regime de partilha com Armamar, ou com outra região administrativa que entendessem, pois, dependendo daquilo que fosse a resposta que o Instituto informasse, a opinião deste órgão seria unanime, sendo inaceitável manterem os funcionários ou não haver conservadores. Se assim fosse iriam partir para outros meios, e tomariam outro tipo de posição, pois era inadmissível haver repartições abertas, quando essas repartições não prestavam um bom serviço, como o caso de os municípios terem de se deslocar a outros sítios, adotando aqui uma posição forte e de intransigência, esperando que em fevereiro a situação estivesse resolvida. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre esse assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito os deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira e Cristofe Pedrinho**. -----

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que em primeiro lugar, informou que esta situação não tinha diretamente a ver com a sua informação escrita, mas exatamente com a realidade que os municípios encontravam. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou referindo, que lhe fizeram chegar algumas reclamações, sem ter a certeza se a Junta de Freguesia de Sendim saberia dessas mesmas situações, mais propriamente com o multibanco de Sendim estar vários dias sem dinheiro, sendo certo que este assunto já tinha sido exposto pelo mesmo noutras ocasiões, sendo imprescindível pressionar nesse sentido, tendo para o efeito efetuado uma exposição escrita para o Crédito Agrícola, sentindo no entanto falta de apoio e pressão nos órgãos competentes, quer pela Junta de Freguesia, quer pela Câmara Municipal, levando a que cada vez menos pessoas utilizem esse multibanco, contribuindo ainda mais para a desertificação do concelho. ---

Finalizou, solicitando a quem pudesse, exercesse pressão sobre o Crédito Agrícola, pois sem esse multibanco, obrigariam as pessoas a fazer quilómetros só para levantarem dinheiro. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Cristofe Pedrinho** solicitando um pedido de esclarecimento importante para o desenrolar da sessão, nomeadamente das GOPS e do orçamento, dado que na página dezasseis das informações, no quarto parágrafo estava escrito: “Aprovada a proposta do orçamento de receitas e despesa para o ano financeiro, a Câmara, depois de analisar o documento de trabalho apresentado pela senhora Presidente da Câmara, procedeu à elaboração e discussão do orçamento de receitas e despesas para o ano financeiro de dois mil e vinte e quatro, cujo montante total é dezassete milhões quinhentos e treze mil seiscentos e oitenta e seis euros”, sendo que no ponto posterior referente a este assunto iriam debater um orçamento que lhes foi remetido com um valor de dezoito milhões e duzentos mil euros. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara a disponibilização da ata onde tinha sido aprovado esse valor, ou então que lhe explicasse esta diferença, pois haveria falta de comunicação, reforçando a ideia que poderia haver dois orçamentos, em que o que deveria ser votado na Assembleia Municipal seria o primeiro e não o segundo corrigido pelo executivo, consoante o que se encontra vertido na legislação. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer e responder às questões que tinham sido colocadas, começando por responder à intervenção do deputado Nuno Manuel Paiva de Oliveira, em que já numa sessão da Assembleia Municipal indicou que a Junta de Freguesia de Sendim e o Município de Tabuaço tinham reunido com o Crédito Agrícola sobre esse assunto, os quais referiram que estavam a ser pressionados pela Caixa Central, dado o prejuízo que originava a manutenção do balcão e da caixa multibanco, sendo que dentro dos enquadramentos legais colocaram-se à disposição

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 360



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de custear alguma coisa que fosse necessária para a manutenção dos mesmos, dando a entender o senhor deputado de que ninguém se tinha preocupado com a situação, quando foi exatamente o oposto. -----

Continuou referindo, que reuniram com Presidente do Conselho de Administração na qual manifestaram essa situação, e na qual também o Presidente do Conselho de Administração indicou que contrariamente às diretrizes que possuíam, era entendimento deles continuar com os serviços, sendo que o município estaria na disponibilidade se necessário, discutir esse assunto junto da Caixa Central. -----

Acrescentou ainda que, seria importante a recolha desta informação, pois só assim teriam a perceção do correr da situação, balizando no tempo essas ocorrências, e permitindo obter uma base de dados que seja mensurável, pois não se podia reivindicar o mau funcionamento sem esse levantamento, porque numa futura interpelação junto do Crédito Agrícola, eles podiam solicitar quais os dias em questão, e sem dados corriam o risco de indicar alturas em que houve transações, perdendo desta forma toda a credibilidade, ressalvando que até se podia durante uns dias tentar entender o funcionamento do multibanco. Salientou, que se comprometiam no seguimento da recomendação da Assembleia Municipal, rever novamente essa situação, inquirindo-os se possuíam registos de quais os períodos em que o multibanco não teria dinheiro, e que no mês de fevereiro poderiam tirar conclusões.

No que concerne as questões levantadas pelo deputado **Cristofe Pedrinho**, o problema indicado prendia-se com o prazo para apresentação e aprovação do orçamento, pois na data de apresentação do orçamento pela senhora Presidente à época, o Orçamento de Estado do qual dependia, ainda não estava aprovado, sendo aprovado posteriormente, e assim sendo grande parte das verbas, que seriam as receitas nesse orçamento, ainda não estavam definidas, ou seja, o orçamento foi elaborado com base no que era a realidade do ano passado, e o que previa o Orçamento de Estado de dois mil e vinte e três, em que após a Aprovação do Orçamento de Estado de dois mil e vinte e quatro verificou-se a necessidade dessas alterações, aprovando-o novamente na Câmara Municipal, e sendo esse o enviado para os membros da Assembleia Municipal. Deu nota, que se eventualmente o entendessem, podiam remeter o documento anterior. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Finalizou referindo, que quanto à legalidade, essa era a que dependiam do Governo, e o Governo não concedia nem dava certezas daquilo que iam ter no ano seguinte, pois em anos anteriores com a aprovação do Orçamento de Estado tardiamente, acrescido dos cortes aos municípios, o município recebeu não a diferença, mas metade para acertar as contas, ou seja, essa situação não era por iniciativa ou vontade do município que as coisas eram efetuadas desta maneira, mas sim a realidade, pois corriam o risco de apresentar um orçamento de um determinado valor e o senhor deputado pudesse vir depois dizer que não correspondia ao que se encontrava vertido no Orçamento de Estado, ou seja, essa realidade acarretava trabalho a dobrar para o município, pois não muniram o município das condições e da concretização das coisas, conforme gostariam. -----

Foi dada a palavra novamente ao deputado **Cristofe Pedrinho**, que começou por dizer que não punha em causa a aprovação do orçamento no mês de outubro, mas sim a sua aprovação sem remissão para ser votado na Assembleia Municipal, ou seja, questionou a legalidade do ato, pois o executivo tinha aprovado um orçamento e passados uns dias aprovava outro, sem o primeiro ser conhecido pela Assembleia Municipal, deixando-os desprotegidos, porque quem aprovava o orçamento era o órgão deliberativo, e não possuíam nenhum documento jurídico que declarasse que poderiam aprovar o orçamento primeiramente aprovado pelo executivo, quando seria um segundo orçamento a ser votado.

Finalizou referindo, que até prova em contrário, tinha muitas dúvidas e não iria votar nesse ponto, porque não se sentia seguro com a legalidade do ato, pois em conversa com outros executivos municipais, os mesmos desconheciam esta situação. -----

Tomando a palavra, o **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que o executivo municipal tinha um prazo limite para fazer a aprovação em sede de Câmara Municipal, e um determinado prazo para fazer essa discussão e para fazer essa aprovação que depois delibera remeter à Assembleia Municipal, em que entretanto, esse orçamento não tinha sido apreciado nem tinha sido enviado porque por deliberação do órgão da Câmara Municipal tinha sido retificado e alterado à luz do novo Orçamento de Estado, sendo aprovado por aqueles dias, ou seja, a Assembleia Municipal estava a pronunciar-se pela segunda versão do documento, que tinha sido aprovado uma segunda vez pela Câmara Municipal, sendo esse o disponibilizado para votação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Finalizou referindo que, o que tinha sido aprovado anteriormente pela Câmara Municipal não tinha qualquer eficácia, porque primeiramente não tinha sido remetido, nem tinha sido discutido, nem iria ser aprovado pela Assembleia Municipal, quando muito a deliberação poderia carecer de “este fica sem efeito”. -----

Em resposta, o deputado **Cristofe Pedrinho** concordou, indicando que se o documento possuía o carimbo do executivo, e o executivo poderia assim que o mesmo entrasse em vigor efetuar um retificativo, questionando novamente sobre a legalidade do ato. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por informar o deputado Nuno Manuel Paiva Oliveira que não se estava a referir ao que o mesmo tinha proferido, mas sim que não concordava com o que o deputado Cristofe Pedrinho tinha dito, dando como exemplo outros regulamentos que depois de aprovados pela Câmara Municipal sofriam alterações, cumprindo os prazos legais, e posteriormente o que era aprovado na Assembleia Municipal era a última versão, nesse sentido e dado a factualidade no atraso da aprovação do Orçamento de Estado, não compatível com a aprovação do Orçamento Municipal, sendo o entendimento dos serviços que o último orçamento era o válido para aprovação, tendo em conta que na informação constavam todas as aprovações efetuadas. -----

Foi dada novamente a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** indicando ao deputado Cristofe Pedrinho que iria dar a razão ao Presidente da Câmara, em que a confusão gerada teve como precursor a diferença de valores entre a informação escrita e o que apresentaram à Assembleia Municipal, dando nota ao deputado Cristofe Pedrinho, que o que estava em causa, ou seja, o primeiro orçamento não tinha entrada em vigor, não teve eficácia, portanto não havia nada problemático. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara**, afirmando que o que tinha acontecido advinha das diferenças entre a data de aprovação do orçamento e a data de envio da convocatória para a Assembleia Municipal, ou seja, a última aprovação tinha ocorrido após o envio da informação escrita para a Assembleia Municipal e assim sendo não constava dos elementos transmitidos aos deputados. -

O deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, usou da palavra para mencionar que a sua intervenção tinha sido pertinente no que diz respeito ao problema do multibanco em Sendim, tendo sido mal





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interpretado, pois não referiu que tinha todo o trabalho enquanto os outros nada faziam, mas sim apenas comunicar os problemas que lhe eram transmitidos, pois inclusive nessa semana não teria havido Multibanco. -----

Continuou referindo que existe um problema de comunicação entre os órgãos, ou seja, uma comunicação muito dispersa entre o executivo e a Assembleia Municipal, pois os assuntos que eram discutidos continuavam sem resolução, uma vez que quando enviou a sua comunicação deu também conhecimento à Junta de Freguesia de Sendim e à Câmara Municipal e não obteve nenhuma resposta por ambas as partes, e uma vez que as reclamações continuavam, ele tinha de atuar, sendo inadmissível se o Crédito Agrícola era lucrativo ou não, estava lá, e assim sendo tinha que servir o cidadão, lembrando que no tempo da pandemia chamou à atenção para que o funcionário que se encontrava no balcão da Caixa Agrícola em Sendim não atendia ninguém, sendo que o Presidente da Câmara na altura alegou desconhecimento, mas o problema foi resolvido em pouco tempo, não sabendo por parte de quem é que foi exercida a pressão, se pela Câmara se pela Junta de Freguesia, entretanto não existia comunicação mesmo quando estão obrigados, referindo que enviava comunicações para a Junta de Freguesia e para a Câmara Municipal de Tabuaço não obtendo nenhuma resposta, sendo do conhecimento geral que de acordo com o Código Procedimento Administrativo o dever de resposta a qualquer cidadão, principalmente a um deputado. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer, que pensava que aquilo que tinha referido anteriormente referente ao Crédito Agrícola e o que tinha sido efetuado, tinha sido comunicado na Assembleia Municipal seguinte, não verificando a necessidade de o colocar por escrito, pois ao comunicá-lo na Assembleia Municipal a comunicação estava efetuada, mas caso assim o entendessem não teria nenhum problema a fazê-lo, não conseguindo precisar se o deputado Nuno Manuel Paiva de Oliveira, estaria presente nessa Assembleia. Disse ainda, que para ele todas as opiniões tinham valor e a sugestão que deu seria para obter uma informação mais robusta para contrapor na administração da Caixa, nomeadamente a quantidade de dias que esteve sem funcionamento, referiu que para si era importante qualquer abordagem dos municípios independentemente de ter provas ou não, ou seja, era fundamental a recolha da maior quantidade de informação possível por forma a confrontar os serviços quando necessário. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para responder às intervenções efetuadas pelo deputado Nuno Manuel Paiva de Oliveira, em que após saudar os presentes na sessão, informou que o problema incidia na má utilização, pois o multibanco existente foi substituído por um novo e a forma de como o dinheiro era disponibilizado, era bastante diferente, e as pessoas ao não retirarem o dinheiro no tempo certo ele bloqueava por segurança, sendo que nos inícios bloqueava diariamente, mas que em conversa com o funcionário e após o mesmo chamar a atenção às pessoas esses casos diminuíram, sendo certo que no dia anterior informaram que estava inoperacional por um corte de corrente, não sendo perceptível se assim foi, ou terá sido mais um caso igual aos anteriores. Conclui referindo que o que lhe transmitiram da Caixa Agrícola, era que de momento nada podiam fazer a não ser sensibilizar as pessoas para o uso correto do equipamento. -----

Terminadas as intervenções, passou-se para o **ponto dois** sobre a apreciação, discussão e votação da **proposta de nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município no biénio 2024 / 2025**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que decorrente do enquadramento legal possuía a contratação do revisor de contas, mantendo total confiança no trabalho do Doutor Nuno Moutinho dada a sua competência e excelência no trabalho efetuado para o município, esperando que tivesse o acolhimento da Assembleia Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Presidente da Câmara a explanação sobre este assunto, dando nota que os deputados não tinham acesso à deliberação número 431/12/2023, do passado dia 18 dezembro, passando a citar: “A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Vice-Presidente da Câmara em que decide face à urgência do assunto, nomear auditor externo ou revisor de contas, Nuno Filipe Lopes Moutinho, bem como enviar o respetivo despacho para apreciação da Assembleia Municipal.” -----

Não havendo nenhuma intervenção sobre este assunto por parte do plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 365



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguiu-se para o **ponto três** concernente à apreciação, discussão e votação da **proposta de designação do júri do procedimento de recrutamento para o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Gestão e Administração do Território.** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O **Presidente da Câmara** solicitou que a Vice-Presidente, à época Presidente, apresentasse este ponto. -----

A **Vice-Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes, informando que o tinha referido na última Assembleia Municipal, ou seja, em face da aplicação das medidas de coação, nomeadamente a suspensão do exercício de funções por parte do chefe de divisão da Divisão de Gestão e Administração de Território (DGAT), o senhor engenheiro Pedro Fonseca, houve a necessidade de contratar, e a solução mais célere seria a de nomear, sendo então feita uma nomeação por noventa dias para um novo chefe de divisão para a DGAT, o senhor engenheiro David Fonseca, sendo essa informação transmitida anteriormente na Assembleia Municipal, e que por se tratar de uma nomeação, a nomeação só podia ser feita por noventa dias, o que significava que, para cumprimento da legislação em vigor, seria necessário que dentro desse prazo dos noventa dias, abrir um procedimento para ocupação desse lugar, o que foi feito, ou seja, foi remetido à Assembleia Municipal dentro do prazo dos noventa dias entre a aprovação em reunião de câmara, a abertura do procedimento e também a nomeação do júri, constando na documentação disponibilizada. Concluiu referindo que optaram por fazer a nomeação do júri dentro do que também era exigido na área dos recursos humanos e na área da DGAT, todos técnicos, chefes de divisão, chefes intermédios de outros municípios, para não existirem dúvidas quanto a autonomia dos funcionários em respeito da Lei. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção da **Vice-Presidente da Câmara** sobre este ponto e não havendo intervenções, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis e a abstenção do deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira.** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posteriormente, passou-se ao **ponto quatro** respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta do Auto de Transferência de Competências n.º ARSN\_043/2023 no domínio da saúde entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., e o Município.** ---

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à **Vice-Presidente da Câmara**, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto. -----

A **Vice-Presidente da Câmara** no uso da palavra fez um breve enquadramento, referindo que já o tinha efetuado na Assembleia Municipal anterior, sendo o protocolo assinado em novembro, o auto de transferência de competências entre ARS Norte, Ministério da Saúde e o Município de Tabuaço, que entrará em vigor no dia um de janeiro de dois mil e vinte e quatro, estando já a efetivar procedimentos, nomeadamente a substituição da ARS Norte pelo município em cada um dos contratos de fornecimento de serviços, sendo a razão para solicitar autorização e votação por parte da Assembleia Municipal, pois, apesar de ser um procedimento que com o qual não concordavam, e que não estava a ser efetuado em nenhum município, porque efetivamente a transferência de competências concretiza-se com a assinatura do auto e com a entrada em vigor do mesmo, no entanto, a Lei era daquelas coisas que muitas vezes não se sabia explicar, pois com a situação anterior do senhor revisor oficial de contas, a lei, efetivamente, referia que a transferência de competências tinha que ser apreciada, discutida e votada pela Assembleia Municipal, sendo que existia uma incongruência muito grande, pois a informação que possuíam e o que se concretizava na prática era a transferência de competências com a assinatura do auto de transferências, sendo que este auto apenas era obrigatório ir a deliberação de reunião de Câmara e havendo aprovação por parte do órgão executivo ele tinha validade, mas para não estarem a cometer nenhuma ilegalidade, pois esta não era a interpretação da lei, a lei era vaga, optou-se por esta forma para evitar problemas futuros, ou seja, podendo correr o risco de novamente trazer este auto de transferência de competências para aprovação da Assembleia Municipal, dado que o mesmo tinha ocorrido com outras transferências de competências, era entendimento que existia a necessidade deste órgão se pronunciar no caso de não ser aceite a transferência de competências, sendo que neste caso não se trata de não ser aceite, trata-se de competências, e estas tinham que ser aceites, portanto, terminando todos os prazos, tinham que ser obrigatoriamente aceites com tudo por forma a cumprir o que constava da legislação em vigor. -----

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 367



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Vice-Presidente da Câmara a explanação sobre o ponto quatro, referindo que pelos motivos de terem esse ponto para ser apreciado, discutido e votado pela Assembleia Municipal, também decorria da lei que qualquer alteração aos serviços que o município desempenha, ou qualquer reorganização, tem de ser aprovada pela Assembleia Municipal, portanto, por força de razão e o município ao abarcar esta competência enquadrava-se também nesse âmbito, portanto, enquadrava-se com este objetivo, e conforme a senhora Vice-Presidente indicou, se por algum motivo esta Assembleia, não a aprovasse, qual seria a questão jurídica que se levantaria, a partir daí e teriam de ver mais à frente, pensando que não seria o caso, porque efetivamente a assunção destas competências por parte dos municípios, desde que acompanhadas do respetivo envelope financeiro, seria a melhor decisão quem está mais próximo dos problemas. -----

De seguida, abriu as inscrições para o debate tendo-se inscrito os deputados **Nuno Manuel Paiva Oliveira e Cristofe Pedrinho**. -----

O deputado **Cristofe Pedrinho** usou da palavra para referir, uma vez que o senhor Presidente da Assembleia falou no envelope financeiro, queria saber quanto é que o município vai receber anualmente. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**, referindo que gostava de esclarecer a questão dos atos, ou seja, o Presidente da República promulgava a lei, mas esta tinha de ser referendada pelo Primeiro-Ministro, não tendo na lei ou na constituição, indicação se esta era eficaz ou não com a não referenda por parte do Primeiro-Ministro. Continuou referindo, que no que diz respeito à transferência de competências necessitava de esclarecimentos pois não tinha entendido muito bem a mesma, uma vez que a informação disponibilizada era muito genérica, questionando se seriam delegadas competências da ARS Norte na Câmara Municipal de Tabuaço, e conforme indicado pelo deputado Cristofe Pedrinho, qual era o pacote financeiro, pois a situação financeira do município não permitia a disponibilização de um serviço adequado aos utentes, ou seja, gostava que lhe explicassem melhor que tipo de competências é que vão ser delegadas ao município. -----

Para responder às intervenções, foi dada a palavra à **Vice-Presidente da Câmara**, que começou por referir que na última Assembleia Municipal o deputado Nuno Manuel Paiva Oliveira não esteve, e onde



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi esclarecido o mesmo, sendo que na altura estavam perante a assinatura deste e suscitou algumas dúvidas na Assembleia Municipal, mas o auto assinado foi remetido para todos os membros da Assembleia onde podem descortinar todas as transferências para o município, que resumidamente assentam na passagem dos assistentes operacionais, ou seja, as senhoras da limpeza e higienização dos espaços e dois funcionários da empresa de segurança, tudo o que é edificado, sendo certo que não se vai transmitir para o município a propriedade do edifício, porque ele não é da ARS Norte, mas sim do Ministério, e um veículo automóvel que era propriedade da ARS Norte. Mais disse, que o montante global anual era cerca de cento e quarenta e três mil novecentos e setenta e quatro euros anuais, em que ela como o senhor Vice-Presidente na altura, o senhor Manuel Costa estiveram numa reunião com todos os elementos que estavam a agilizar e a acordar com o município esta transferência, apresentando um valor, porque sendo obrigatória esperava-se a valorização deste esforço, abrindo a possibilidade desta transferência ser feita com base num acordo entre municípios, ARS Norte e o Ministério da Saúde, conforme outras transferências, o que não aconteceu, havendo sim uma reunião, em que previamente solicitaram aos serviços municipais que se dirigissem ao imóvel para verificar que tipo de intervenções é que o município teria que fazer, tendo sido apresentado um orçamento de cento e cinquenta mil euros acrescido de iva, contabilizando todas as obras e reparações que entendiam que deveriam ser necessárias. Referiu que, dentro disto o município iria apresentar uma candidatura no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que terminaria no dia vinte e sete de dezembro neste montante e para estas intervenções, sendo certo que para além disso, a ARS Norte iria apresentar candidaturas para painéis fotovoltaicos, bem como para dois veículos automóveis elétricos que serão fornecidos também ao município e, portanto, a cargo do município ficavam ainda os contratos de fornecimento de água, de eletricidade, de gás, os seguros do imóvel, o seguro do veículo automóvel, todo o resto em termos de saúde e de assistentes técnicos fica igual, ou seja, neste caso será a Unidade Local de Saúde (ULS) a suportar e a gerir estes custos, chamando a atenção de que em janeiro ia haver atualização salarial, mas esses montantes constavam do auto e também iriam acompanhar a documentação escrita, em que a ARS Norte compromete o Ministério da Saúde a assegurar depois estas diferenças de valores. Finalizou, indicando que aquele valor foi calculado aquando da transferência de competências, podendo haver uma majoração tendo em conta as atualizações salariais e outros incrementos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminados os esclarecimentos por parte da Vice-Presidente da Câmara e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis e a abstenção do deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**. -----

Continuando com os trabalhos agendados, passou-se ao **ponto cinco** respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta inerente aos caminhos florestais (arruamentos públicos) a manter, a alterar e a suprimir, em função da construção de uma central fotovoltaica - projeto híbrido do parque eólico do Alto Douro**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto. -----

Tomando da palavra **Presidente da Câmara**, indicou que relativamente à proposta aprovada e apresentada na Assembleia para votação, era um documento revisto, pois existiu na primeira proposta algumas contestações e sugestões por parte dos privados e dos senhores presidentes de junta, sendo uma proposta consensual salvaguardando todos esses elementos, aproveitando para referir também que o projeto estava numa fase de pedido de pareceres, tendo em vista a aprovação do projeto de arquitetura, sendo este o passo mais célere, pois existia a previsão conforme discutido na Assembleia Municipal, onde esteve juntamente a senhora Vice-Presidente e os senhores Presidentes de Junta de Chavães, da União de Freguesias de Paradela e Granjinha e de Sendim, a intenção da *Finerge* seria de iniciar em abril a construção, sendo que posteriormente e relativamente àquilo que são as compensações, existem três medidas, sendo que uma delas já tinha sido apresentada, e questionada ao senhor Ministro Duarte Cordeiro responsável do Fundo Ambiental, com quem poderiam ou deveriam interrogar sobre a possibilidade de haver uma compensação por cada *megawatt*. Continuou referindo, que outra situação e indo de encontro com essa parte da compensação tinha a ver com a *Finerge* diretamente, pois os projetos tinham que ter um determinado enquadramento em cada uma das freguesias, que podia ser um projeto comum e similar para todas, ou podia identificar aquilo que cada uma pretendia, sendo previsível a sua finalização em fevereiro ou abril, existindo ainda um decreto publicado há relativamente pouco tempo, mas que ainda necessitava da especificação, onde fazia também menção de que, para além destas medidas, irão ainda existir medidas complementares que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serão da responsabilidade do governo, mas que ainda não foram especificadas, nem era perceptível se o facto de existir uma candidatura aquela compensação dos treze mil e quinhentos euros por *megawatt* e existir outra ligada à *Finerge*, se uma invalidava a outra, sendo expectável essas definições no início do ano, sendo certo que os desenvolvimentos iriam ser apresentado á Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito os deputados **Nuno Manuel Paiva Oliveira** e **Cristofe Pedrinho**. -- -----

O deputado **Cristofe Pedrinho** usou da palavra para dizer que conforme referido anteriormente é um dos investimentos mais importantes para o concelho e para o município, trazendo grandes benefícios para este, devendo o executivo agilizar perante os serviços a obtenção da licença necessária com a maior brevidade possível. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para corroborar com o que o senhor deputado Cristofe Pedrinho referiu, indicando que têm insistido com as entidades competentes, havendo já uma ajuda importante com a diminuição dos prazos de emissão de pareceres de trinta dias para dez dias, e que se trata de um investimento fulcral para o município, trazendo não só investimento mas também cerca de quatrocentos e cinquenta trabalhadores, durante o período de construção, com a certeza que será importante para a dinamização e movimentação, o que pode, também, trazer alguma sustentabilidade em alguns setores. -----

Foi dada a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**, referindo que não punha em causa as questões ambientais pois as mesmas já foram discutidas em Lisboa, no entanto, questionou se tinham a indicação de quantos postos de trabalho o projeto iria criar não na fase inicial, mas depois na sua manutenção e respetivo prolongamento no tempo, dado ser um grande investimento e que este não seria a curto prazo. -----

Em resposta ao deputado Nuno Manuel Paiva Oliveira, o **Presidente da Câmara**, afirmou que após o envio da declaração de interesse público, foi-lhes indicado um número de dez funcionários permanentes após a finalização das intervenções, mas que segundo a empresa poderia ser superior, não tendo conhecimento de qual seria a especificação e o nível de formação da mão-de-obra. -----

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 371





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre o assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis e a abstenção do deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**. -----

Continuou sugerindo que antes de passarem ao **ponto seis** que os trabalhos fossem interrompidos para um intervalo, recomeçando às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos. -----

Retomando os trabalhos agendados e por sugestão apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta o conteúdo dos três pontos seguintes: o **ponto seis** respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta de orçamento das receitas e das despesas para o ano financeiro de 2024**; o **ponto sete** relativo à apreciação, discussão e votação da **proposta das grandes opções do plano para o ano de 2024**; e o **ponto oito** a respeito da apreciação, discussão e votação da **proposta do mapa de pessoal para o ano de 2024**, e da relação entre os mesmos, foram apresentados em simultâneo e no final, votados em separado. -----

O **Presidente da Câmara** aceitou a proposta da discussão conjunta dos três pontos, prestando um esclarecimento sobre as propostas, referindo que conforme indicado anteriormente o orçamento foi aprovado tendo por base as receitas do orçamento de Estado de dois mil e vinte e três, sendo depois ratificado e aprovado pela Câmara, apresenta um aumento substancial, fruto da regressão dos cortes nos últimos anos no fundo de equilíbrio financeiro para os municípios, permitindo um aumento a nível de receitas e também de investimento, cifrando o valor em dezoito milhões e duzentos mil euros, o que implica uma redução de cerca de cento e quarenta e quatro mil euros relativamente ao exercício do ano transato, sendo que ainda se está a acrescentar, o que não aconteceu em dois mil e vinte e três porque se retificou a área da ação social, uma vez que apenas a meio do ano se assumiu as competências e apenas a partir de janeiro é que seria assumida a saúde, existindo um acréscimo expectável. -----

Continuou referindo que conforme solicitado em reunião com o IGF e a senhora Ministra da Coesão Territorial, a Doutora Ana Abrunhosa, no sentido de permitir ao Concelho de Tabuaço a consolidação daquilo que são os valores da dívida a curto prazo, que continuavam de alguma forma a condicionar aquilo que é o orçamento dando-lhe um valor em determinadas situações que acaba por não

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 372



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

corresponder à realidade, mas que tinha que estar representado e tinha que acontecer, ressalvando que contrariamente ao seu entendimento a visão fundamentalista do Tribunal de Contas, quando por duas vezes dentro daquilo que era o enquadramento legal que os orçamentos de estado, excepcionalmente previam que era a dívida de curto prazo que conseguiriam consolidar e transformar num empréstimo de médio longo prazo, caso as taxas de juro apresentadas fossem baixas o suficiente, para não implicar ou causar o aumento do custo financeiro daquilo que era essa operação, comparativamente com o custo que tem essa dívida a curto prazo, ter sido chumbado duas vezes pelo facto do município, nessas alturas, não ter os fundos disponíveis, o que na sua opinião, era manifestamente absurdo, porque o município não tinha fundos disponíveis precisamente pelo facto dessa dívida continuar a ser registada, acrescido de que aquela dívida que estava nesse empréstimo e por duas vezes não foi aceite, era o empréstimo que iria servir para entrar nas contas do município e automaticamente na mesma medida e no mesmo valor, servir para pagar toda essas situações que ainda se registam. -----

Disse ainda, que existia uma série de rubricas novas no orçamento, muito mais do que tinha vindo a acontecer nos outros anos, porque nos últimos seis anos, e tendo em conta que municípios com a dimensão de Tabuaço e com a realidade económica, vivem de investimentos estratégicos quase a oitenta ou noventa por cento permitidos pela aplicação dos fundos comunitários, existindo assim uma série de novas rubricas, dado o inicio de um novo ciclo de fundos comunitários, e que tem investimentos distintos daqueles que nos últimos seis anos foram ciclicamente apresentados no orçamento e no plano de atividades, que era no fundo a concretização daquilo que tinha sido acordado em dois mil e catorze, mas todas estas rubricas encontravam-se ainda com valores por definir, porque em reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro), e fruto da negociação que o Governo de Portugal teve com Bruxelas, foram apresentadas as imposições de investimentos nas diferentes áreas, e assim a CIM Douro já tinha efetuado o volume de investimentos que seria repartido nos valores globais apresentados por cada um dos municípios, sendo que ainda não existe a definição em praticamente nenhuma destas áreas e os avisos a lançar, havendo ao longo do ano alguns orçamentos rectificativos à medida que esta definição for acontecendo e à medida que se fosse apercebendo dos avisos que vão abrindo e dos projetos e as verbas que depois poder-se-á alocar a cada um deles. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou referindo, que o último quadro comunitário de dois mil e catorze até dois mil e vinte, teve um encerramento tardio em virtude de certas contingências, nomeadamente a pandemia covid-19, podendo, no entanto, indicar o que seriam as novas medidas, nomeadamente ações de sensibilização, planeamento para a gestão e seca, geração de equipamentos e respostas sociais, o projeto radar social, a requalificação do centro de saúde, a acessibilidade 360, digitalização para a eficiência de serviços, eficiência energética na administração pública, meios para a proteção civil, a implementação de sistemas de medição das perdas na rede em baixa, gestão de resíduos, inclusão ativa de grupos vulneráveis, promoção do sucesso educativo, equipamentos desportivos e a sua beneficiação, os PARUS, reabilitação e regeneração urbana, modernização dos equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos, infraestruturas de acolhimento empresarial, serviços e redes de intervenção social e de saúde, construção de um pavilhão multiusos municipal, elaboração de cadastro de infraestruturas, carta arqueológica do concelho, sendo estas duas últimas as mais urgentes, a aguardar por causa da questão do Plano Diretor Municipal (PDM), a transferência de competências da ação social e a transferência das competências da saúde. -----

Relativamente à questão do PDM, manifestado ainda sem efetivação, de que poderá existir uma prorrogação dos prazos, nesta altura e diferente das situações anteriores, cerca de oitenta por cento dos municípios da região Norte estão a rever o PDM e estão todos a pedir reuniões na mesma altura, estão todos a solicitar pareceres na mesma altura e as próprias entidades que superintendem e que hierarquizam não têm capacidade para, ao mesmo tempo, conseguir atender todas estas situações, havendo um esforço por parte da Associação Nacional de Municípios e das comunidades intermunicipais, levando à cedência do Governo, acedeu ou pelo menos manifestou a intenção de prorrogar prazos, pois o não cumprimento destes poderia implicar a não acessibilidade a determinados fundos comunitários e, eventualmente, à não possibilidade de apreciar obras públicas em determinadas terrenos classificados de uma determinada forma, fruto do PDM e da sua revisão ainda não estar num determinado ponto. Finalizou referindo que uma situação que desagradou não apenas ao município, mas aos oitenta e poucos municípios da região Norte, nomeadamente o facto de a comissão de coordenação, ao contrário daquilo que aconteceu na região centro, que permitiu que a execução financeira e física deste quadro comunitário fosse até ao final do mês, ou seja, trinta e um de dezembro, a Comissão de Coordenação da Região Norte não o prorrogou mais um mês, ou seja, as

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 374



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisas tiveram que ser fisicamente e financeiramente terminadas até trinta de novembro, em que os oitenta e poucos municípios da região Norte acabaram por ficar claramente deficitários e prejudicados relativamente ao centro, por aquilo que foi uma decisão tida em sede da Comissão de Coordenação, o que na sua opinião, não se entendia. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre os pontos e abriu inscrições para o debate dos três pontos em conjunto tendo-se inscrito o deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O deputado **Cristofe Pedrinho** usou da palavra para referir que mais uma vez o documento era uma soma de intenções, e que para si o que conta é o relatório de contas que vai ser apresentado em abril, ressaltando duas ou três notas, nomeadamente que se trata um documento com menos cento e quarenta e quatro mil oitocentos e setenta e um euros, ou seja, um documento que na despesa de capital tem um aumento superior a um milhão e quarenta e um euros, mais ou menos, um documento que na rubrica, combustíveis e lubrificantes em despesas correntes em dois mil e vinte três eram dez mil euros e em dois mil e vinte quatro era de cento e noventa e seis mil trezentos e trinta e cinco euros, podendo acreditar que fosse pelo aumento do preço dos combustíveis, ou pelo aumento da frota, mas era uma grande subida. Continuou referindo que nas aquisições de serviços em dois mil e vinte três, tinham um milhão e meio e em dois mil e vinte quatro eram cinco milhões e setecentos e quarenta e sete mil euros em que esta rubrica tem um conjunto de rubricas que engloba tudo, mais propriamente a rubrica 02.02.25 outros serviços, que em dois mil e vinte três foi de novecentos e oitenta e seis mil euros, e em dois mil e vinte quatro era de três milhões setecentos e oitenta e um euros, ou seja, mais de dois milhões setecentos e noventa e quatro e oitenta e quatro euros, indicando que seria esta rúbrica que poderiam englobar verbas sem justificação. -----

Concluiu indicando, que apesar de ser um documento com as novas rúbricas referentes aos investimentos comunitários, trata-se de um documento idêntico ao orçamento do ano anterior, assentando em possíveis investimentos. -----

Para responder, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, referindo que a lógica era a que tinha sido apresentada, uma vez que os valores estavam aprovados em CIM Douro e a menos que houvesse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um colapso financeiro da Comunidade Europeia ou do Governo, estes valores eram os valores que já estavam atualizados nas diferentes áreas do novo quadro comunitário, o facto de ainda não estarem definidas, as áreas eram estas, prendendo-se com a alocação dos próprios projetos, porque as especificações dos avisos obrigam a reajustar os projetos, no entanto, o mesmo ainda não aconteceu, dado que ainda estão a resolver situações do PRR, pois os sucessivos governos muitas das vezes usam Bruxelas como desculpa para aquilo onde entendem que o dinheiro deva ser aplicado, sendo que nestes indícios, fecham-se as malhas de tal forma, que só poder-se-á fazer coisas duma determinada forma, em que posteriormente municípios como o de Tabuaço em que as receitas que possuem, dependem do Fundo de Equilíbrio Financeiro que vem do Estado e dos fundos comunitários, não têm capacidade financeira nem capacidade de tesouraria para avançar com os investimentos, porque importa referir a realidade do município no início do seu mandato era um rácio de endividamento superior a dois ponto seis e hoje em dia situa-se num rácio de endividamento que no ano passado fechou em um ponto quarenta e dois, abaixo do limite de endividamento que no presente ano irá descer ainda mais, tendo a obrigatoriedade destas rubricas, mesmo que não concordem com elas, mas podem nem ser aquelas que são mais necessárias para o município de Tabuaço na questão da CIM Douro. Continuou referindo como exemplo os investimentos nas telecomunicações, em que deviam estar bem definidas as condicionantes, mas a realidade não era essa, referindo outra situação, nomeadamente as alterações climáticas relativamente ao Douro, financiada pelos municípios, mas que em nada obteve resultados, salientou que gostaria de efetuar investimentos avultados fora destas áreas, mas no entanto a realidade dos fundos era esta, em que existia financiamento que poderia não ser utilizado e depois seria gerido pelos famosos programas *overbooking*, não podendo canaliza-los para outras situações, sendo que os pequenos municípios do Norte é que permitiam as verbas avultadas que rececionava a região. -----

Conclui referindo que apesar de entender as rubricas genéricas, elas são vitais, pois com a especificidade e alterações necessárias, existiria uma maior aprovação de orçamentos rectificativos, pois a realidade ia-se moldando aos fundos disponíveis e às suas especificações, referindo ainda que na questão dos combustíveis pensa que o valor do ano transato esteja incorreto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A **Chefe da Divisão Financeira, Fernanda Lamas**, esclareceu que os mapas são emitidos por orgânica e por orgânica económica, e também só por económica, provavelmente tinham ido ver o mapa por orgânica e não por económica, em que por económica aparece o valor total, por orgânica aparece na 01.02 uma parcela, no 02.02 outra parcela e provavelmente o erro estaria aí. -----

Deu nota o **Presidente da Câmara**, que o valor correto relativo aos gastos com combustíveis andaria nos cento e noventa mil euros num ano, e no que diz respeito à discrepância na prestação de serviços, após solicitar informação à chefe da divisão financeira, que referiu que nas candidaturas existiam despesas como prestação de serviços e daí, também, esse aumento significativo, solicitando aos serviços o envio da justificação dos valores, propondo ainda e caso o entendessem, a disponibilização à Assembleia Municipal do ficheiro com os novos investimentos comunitários discriminados separadamente. -----

Usou da palavra o deputado **Cristofe Pedrinho** apenas para indicar novamente o seu lamento pelo documento não chegar em formato PDF, pois seria mais fácil a validação e verificação do mesmo. -----

Não havendo mais intervenções sobre este assunto por parte do plenário, foram os pontos sujeitos a votação em separado, apuando-se os seguintes resultados: -----

O **ponto seis** respeitante à proposta de orçamento das receitas e das despesas para o ano financeiro de dois mil e vinte e quatro foi aprovado, por maioria, com vinte e três votos favoráveis e dois votos contra dos deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira e Cristofe Pedrinho**. -----

O **ponto sete** respeitante às grandes opções do plano para o ano de dois mil e vinte e quatro foi aprovado, por maioria, com vinte e três votos favoráveis e dois votos contra dos deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira e Cristofe Pedrinho**. -----

O **ponto oito** a respeito da proposta do mapa de pessoal para o ano de dois mil e vinte e quatro foi aprovado, por maioria, com vinte e três votos favoráveis e duas abstenções dos deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira e Cristofe Pedrinho**. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi dada a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**, agradecendo o esforço efetuado pelos serviços, dado que os documentos que lhe são remetidos possuem um formato muito mais acessível, referiu ainda que se tem absterido na questão do orçamento, mas que iria votar contra uma vez que não tem tido acesso à informação, dificuldade pelos vistos também sentidas pelo deputado Cristofe Pedrinho, acrescido de quanto tenta converter a informação remetida, a mesma fica sem sentido, continuando desta forma a votar contra o orçamento até que alguma coisa seja concretizada. Continuou referindo ainda que existem alguns pedidos de informação, alguns com mais de dois anos em que ainda não obteve resposta, não conseguindo efetuar o seu trabalho corretamente como deputado por falta de acesso à informação, indicando que existem meios tecnológicos disponíveis na atualidade para o efeito, sendo que em alguns aspetos os serviços têm melhorado, mas no que diz respeito ao orçamento e às grandes operações do plano, continuam na mesma. -----

No uso da palavra o **Presidente da Assembleia** questionou o deputado Nuno Manuel Paiva Oliveira de quais seriam as questões que tem colocado e que ainda não tinha obtido resposta, para os serviços tentarem recolher a informação e remeter a mesma ao senhor deputado, no qual o deputado responde que irá reencaminhar os *emails* novamente. -----

Apreciados os pontos, o Presidente da Assembleia procedeu à abertura de inscrições do **ponto nove - outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da sessão, tendo-se inscrito o deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**. -----

No uso da palavra o deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** questionou uma vez que o senhor Presidente da Câmara tinha falado nos programas de reabilitação urbana, voltou a insistir no tópico das obras no mercado de Sendim, nomeadamente quando iria ocorrer o término ou retoques, pois quando se toca neste assunto, o senhor Presidente da Câmara refere que a obra está terminada, pois já há mais de um ano quando questionou o senhor Presidente da Câmara e da Junta de Freguesia de Sendim informaram que iam falar com o empreiteiro para o pressionar, mas no entanto a situação mantém-se, estando o equipamento a degradar-se, referindo que não foi feito convenientemente, desconhecendo se já foi feita a vistoria ou não. Continuou referindo, que na altura o senhor Presidente da Câmara indicou que a situação ia andar para a frente e seria realizada a vistoria final, sendo que pelo seu conhecimento a situação mantém-se, ressaltando aqui mais uma vez a falta de diálogo

ATA 13 || 2021.2025 Fls. 378



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

institucional, agradecendo à senhora Vice-Presidente porque em alguns pontos melhorou nesse aspeto, esperando que o senhor Presidente da Câmara continuasse no mesmo encalce. Questionou ainda, para quando é que os munícipes e utilizadores vão visualizar a obra efetivamente terminada em todos os aspetos de segurança, pois não entende até que ponto aquilo será perigoso, pois existe uma caixa com fios cuja tampa é um pedaço de madeira apodrecido, o campo de futebol onde as crianças jogam está desnivelado sem nunca ter sido retificado, e as mesas estão numa degradação avançada. No que diz respeito ao projeto de arquitetura duvidável na sua opinião, referindo-se ao Cimo da Rua da Calçada, questionou o porquê de gastar dinheiro naquela obra completamente inútil, não sendo nada, pois tem implementados dois bancos e um ferro no centro para se dedicar a uma homenagem, onde nunca concordou com aquela obra pelo aspeto dela, mas independentemente da sua opinião que tinha o valor que tinha, muitos munícipes partilhavam da mesma. Ressalvou que no ano anterior tinha perguntado à Junta de Freguesia de Sendim numa sessão da Assembleia Municipal para que serviria, sendo-lhe indicado que era uma questão de logística, mas a questão logística pelos vistos mantinha-se na mesma, indicou ainda que haveria muitas mais coisas a dizer, mas ficariam para uma próxima sessão pois estavam num período natalício, agradecendo para que lhe respondessem pois achava que era urgente fazerem isso. -----

Finalizou, dirigindo-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sendim, referindo que relativamente à plataforma de uma antiga paragem de autocarro, e não tendo a noção se a mesma já teria sido removida, e que não se incomodava com o estabelecimento que lá se encontrava, mas sim com o aspeto da casa senhorial existente, a mais antiga da freguesia, em que a própria calçada no fim desta, constituía um perigo, pois não está finalizada, sendo que o senhor Presidente da Junta de Sendim já lá teria estado com o encarregado dos armazéns, o senhor Costa, questionando para quando é que a obra seria feita, referindo que não é uma implicância sua, mas sim preocupação com a terra e com as suas gentes, dado que está em Lisboa e caso não gostasse da terra não se importaria com esta nem o que nela se faz, reiterou que gostava de viver num país mais equilibrado onde o interior fosse realmente um local onde as pessoas gostassem de viver, dizendo que aquelas reivindicações e chamadas de atenção que estava a efetuar, pedindo desculpa se estiver errado pois não tinha conhecimento se já alguma coisa teria sido efetuada, pois também ninguém o informou, agradecendo ainda e apelando ao senhor Presidente da Assembleia e ao próprio executivo para que





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existisse um diálogo mais próximo entre os órgãos o que facilitaria em muito os trabalhos, evitando a discussão de determinados assuntos chamados à colação, podendo até diminuir os tempos de reunião, pois resolveria grande parte das situações discutidas no plenário, referindo que já o indica desde o primeiro mandato, concluiu desejando um bom natal a todos e esperava que em janeiro a inflação não continuasse a subir. -----

No seguimento da intervenção, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que indicou que nunca colocou nem vai colocar em causa a legitimidade das intervenções prestadas na Assembleia Municipal, nem ele próprio fica afetado com as intervenções, no entanto entende que por vezes a forma de como as questões são levantadas e o próprio tom das mesmas, implica uma resposta na mesma medida, para que o entendimento das questões seja o mesmo, referindo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sendim solicitou a palavra e ele poderá elucidar melhor, pois neste período de ausência poderá ter havido alguma evolução que desconheça. Continuou dizendo, que existe outra situação já referida em duas Assembleias Municipais anteriores, em que da forma como as coisas são descritas dá a entender às pessoas que a obra está inacabada, quando na realidade é o oposto, ou seja, existem imperfeições e correções a efetuar, sendo uma obra que claramente dignificou e transformou o espaço existente, ou seja, possivelmente um dos melhores espaços para festividades e atividades do concelho, mas relativamente a essas deficiências, tentando em primeira instância o consenso entre as partes, e existindo a falta de desenvolvimento, avançariam para outros meios, mas já tinha sido informado de que após reuniões com o empreiteiro foi elaborado um auto, concretizando dessa forma o que tinha sido verbalizado, estipulando um prazo para as coisas serem efetivadas, e caso esse prazo não seja cumprido poderiam avançar para as garantias bancárias e outros instrumentos com vista à sua resolução definitiva. Finalizou afirmando, que nunca colocou em causa as intervenções, antes pelo contrário, pedindo desculpa pela forma como referiu as coisas no momento, mas para que também não fique a ideia de que possa ser mal interpretado. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** que começou por esclarecer, que no mês de julho solicitou uma reunião com a Vice-Presidente da Câmara, reunindo no dia dezassete de agosto onde também estiveram presentes técnicos do município, onde se efetuou um levantamento de todas as necessidades para responsabilizar a empresa que executou a obra, com o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intuito de resolverem as situações com a maior brevidade possível, pedido esse enviado pelo município à empresa, referindo que no momento a pessoa mais indicada para esclarecer os desenvolvimentos a partir daí, era a senhora Vice-Presidente. -----

Interveio novamente o deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**, lamentando a interpretação efetuada pelo senhor Presidente da Câmara, dizendo que nunca referiu que o mercado estivesse inacabado, indicando que o próprio Presidente da Câmara em Assembleias anteriores e após a interpelação deste assunto, referiu que a obra não estava terminada, salientando que recorrer a tribunais nada traz de bom para a resolução da situação face aos atrasos na justiça, onde a via de resolução seria sempre a pressão junto dos responsáveis da obra para a finalização dos pormenores. Finalizou afirmando que ficou surpreendido com a indicação da forma com apresenta as situações, pois não apresenta nada de transcendente, apresenta apenas o que as pessoas que lhe transmitem, sendo esse o seu papel, que caso não pretendam que o faça, seria fácil renunciar o mandato. -----

Não havendo mais intervenções, tomou da palavra a **Vice-Presidente da Câmara**, para esclarecer o deputado Nuno Manuel Paiva Oliveira, que conforme lhe tinha transmitido anteriormente, deslocou-se ao local juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim, verificaram o que estava executado, notificou a empresa dando-lhes um prazo para a reparação, e caso não cumpram, serão aplicadas as coimas conforme o que está previsto no caderno de encargos. -----

Continuou agradecendo ao deputado Nuno Manuel Paiva Oliveira pelo apoio e pela colaboração que prestou ao município na elaboração e na redação dos dois regulamentos que estão no momento em discussão pública, sendo a confirmação do reconhecimento do executivo, dos valores dos deputados da Assembleia Municipal, contando com a sua colaboração sempre que deles necessitou, lembrou ainda que os dois regulamentos foram remetidos ao Presidente da Assembleia, onde poderiam dar os contributos que entendessem pertinentes, sendo após o período de discussão pública remetidos à Assembleia Municipal. -----

Finalizou a sua intervenção agradecendo toda a colaboração que prestaram neste período, um período anormal e controverso, mas que felizmente conseguiram ultrapassar, colaborando com os senhores presidentes de junta, com os senhores deputados municipais, com o órgão executivo, com os outros



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elementos do órgão executivo e com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, transmitindo assim o seu reconhecimento, encerrou desejando-lhes umas boas festas e um bom natal, e dizer-lhes que estava presente para ouvir as suas preocupações e para os ajudar na resolução dos problemas do concelho. -----

Seguidamente a Secretária Gisela Catarina Pereira dos Santos leu a minuta da ata, que após votação foi aprovada por unanimidade. -----

Tomou da palavra o **Presidente da Assembleia Municipal** para desejar a todos um feliz natal, um bom ano de dois mil e vinte e quatro e que seja um ano de realizações pessoais e profissionais. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,** -----

□

┘

**A PRIMEIRA SECRETÁRIA,** -----

□

┘

**A SEGUNDA SECRETÁRIA,** -----

□

┘